

Relatório e Contas

-

Exercício

De

2015

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

I = Introdução

1. Em 2015 a Fundação continuou a ver melhorar a sua situação financeira. Por essa razão foi possível aumentar o volume de alguns dos apoios financeiros atribuídos, nomeadamente na componente social, e identificar novas áreas de acção e ainda avaliar a possibilidade de investimento na requalificação da sua sede de forma a tornar mais funcional e atrativa para a organização de eventos próprios ou em cooperação com terceiros.

Apesar das limitações existentes, e na linha do que tem vindo a ser feito nos últimos anos, a Fundação colocou a sua sede ao serviço da comunidade para a realização de encontros e reuniões de diferentes actores, procurando assim manter alguma notoriedade no meio local.

II = Actividade Geral

A) Gestão Administrativa

2. No âmbito da organização, do funcionamento e da política geral, a Fundação actuou em moldes exactamente iguais aos que vinha praticando, mantendo a sociedade de Carlos Teixeira, Noé e Associado SROC, Lda, através do Senhor Dr. Jorge Ribeiro como revisor de contas.

Quanto aos colaboradores mais próximos – D. Maria Lisete Amado e Dr. Fernando Manuel Brito – continuaram a exercer as suas funções com as já habituais competência e disponibilidade.

3. Alguns dos protocolos de cooperação oportunamente assinados, continuaram a ser os pilares mais importantes da actividade desenvolvida, nomeadamente os relacionados com a vertente educativa. Na componente cultural, salienta-se a continuação da acção com o Museu Marítimo, contrato de 2 anos que termina precisamente em 2015.

Os restantes, apenas os que não implicam compromissos financeiros continuaram activos.

4. Em 2015, foram efectuadas algumas obras de recuperação de património nomeadamente na Figueira da Foz e Barra. Mantem-se ainda baixo o rendimento desse mesmo património, afectando assim a capacidade da Fundação

Inicialmente pensou-se requalificar apenas a “sala nobre” da Fundação. No entanto, depois de pesar os “prós e contras” foi decidido estender a requalificação à cave, rés do chão e primeiro andar.

5. Relativamente à Figáqua, não houve alteração da sua situação. Salienta-se contudo que deixamos de ter encargos com a sociedade.

B) Gestão Económica e Financeira

6. A actividade da Fundação depende, acima de tudo, dos meios financeiros de que dispunha, e estes exigem contenção nos gastos e aumento possível das fontes de rendimento existentes – rendas dos imóveis dados de arrendamento, e juros provenientes das aplicações financeiras.

Salienta-se, no lado positivo, a evolução de rendimento do fundo, conforme se poderá observar nos pontos subsequentes.

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

C) Gestão dos meios aplicados nos fins estatutários

7. Apesar da contenção financeira, não se deixaram de cumprir as obrigações estatutárias nomeadamente no que se relaciona com os prémios escolares.

8. Na rubrica dos Prémios Escolares ao ensino não universitário, estes atingiram o valor de 3.000€ incluindo o prémio atribuído ao Conservatório de Música no seu concurso de piano. Mais detalhes podem ser encontrados no Anexo I.

9. Na rubrica de apoio ao sector de assistência, foram retomados os habituais apoios, aumentando o volume financeiro relativamente ao ano anterior. Para além disso, Fundação cumpriu com o pagamento de quotas a entidades de que o Fundador era sócio.

Na área da educação manteve-se a cooperação com a Universidade de Aveiro no que se refere a atribuição das bolsas (2.500 euros).

No protocolo estabelecido com o Museu Marítimo de Ilhavo através da CMI, ficou comprometida uma verba de 30.000€ para um trabalho de investigação durante 2 anos, terminando em 2015 conforme referido anteriormente.

O anexo II reflecte os apoios atribuídos no decorrer de 2015 nos diferentes sectores.

D) Contas do Exercício

10. Em 2015, os rendimentos totalizaram € 36.308,09, sendo que € 20.808,24 correspondem a rendas prediais, € 14.932,85 a juros obtidos e € 567,00 de indemnização de seguro.

Os gastos gerais ascenderam a € 101.458,48, que compreendem € 40.800 de donativos no âmbito dos apoios sociais e culturais da Fundação, aos quais devem ser acrescidos € 25.698,93 de depreciação e amortização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento.

Como é do conhecimento de todos, está a decorrer um processo judicial movido contra a Fundação, em 2014, pelo antigo inquilino da R. Cândido dos Reis, onde foi pedida uma indemnização por danos provocados por águas pluviais, no valor de € 62.845,70. Como medida cautelar, e após análise fundamentada do assunto, foi constituída nesse exercício uma provisão no montante de € 47.134,50, que se entende ser de valor adequado à eventual obrigação de pagamento que possa decorrer da decisão judicial em curso.

Foram recebidos do Fundo de Gestão Passiva, a título de reembolso de capital, no montante de € 191.207,47. Contudo, não foi creditado qualquer montante relativo a rendimento, contrariamente ao verificado em 2014, cujo valor ascendeu a € 113.356,80.

11. O resultado do exercício de 2015 atingiu o valor negativo de € 108.602,42, afetado, essencialmente, pelo aumento dos donativos, de 24.550 euros, e pela ausência de rendimentos do Fundo.

12. No exercício em análise, e como sempre se tem verificado:

a) não se contraiu qualquer empréstimo externo;

b) não há dívidas ao Estado nem à Segurança Social;

c) não há débitos relativos a salários, avenças, fornecimentos e serviços contratados.

13. Constam dos Anexos III IV V e VI os desenvolvimentos das notas referidas no Anexo VII. No Anexo IX está o Relatório anual do R.O.C., no Anexo X a Certificação das Contas e no Anexo XI o Relatório e Parecer do Fiscal Único, documentos estes aqui dados como integralmente reproduzidos.

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

M
A
fap
WR

14. Conforme referido no início, a Fundação facilitou e promoveu a utilização das instalações da sua sede para a organização de encontros/reuniões, não só no sentido de se promover junto da comunidade mas também para ir ao encontro de necessidades identificadas na oferta de espaços adequados e disponíveis para serem utilizados para estes fins.

No ano de 2015 foram realizadas as seguintes reuniões de entidades externas:

Data/Hora	Tema/Participantes	Nº Preseças
7.Jan – 08H15	Reunião Geral Ubiwhere 2015 Reunião com todos os colaboradores da empresa para reflexão dos valores alcançados em 2014 (volume de negócios, nº de colaboradores, etc.), apresentação e discussão dos objectivos a alcançar em 2015 e apresentação da estrutura de departamentos da empresa.	27
7.Mai – 14H00	Assembleia Geral da Assoc. ITEXAMPLE,A.C.E	30
19.Mai- 18H30	(Plataforma CIDADES) A Economia do Futuro – Estudo & Contributos ; Debates & Acções <u>Apresentação do Estudo e dos Contributos Especificos</u> Mesa : Prof. António Nogueira Leite; Engº Vasco Lagarto; Prof. Carlos Borrego; Sr. Ivan Silva e Dr. Luís Leitão Oradores: Prof. João Ferrão e Profª Maria Luís Pinto <u>Debate do Estudo e dos Contributos Especificos</u> Mesa : Prof. Júlio Pedrosa ; Prof. João Ferrão e Profª Maria Luís Pinto Comentadores: Prof. Victor Cavaleiro; Eng. António Oliveira; Engº João Paulo Oliveira e Prof. Paulo Pinho.	60

15. Não se verificaram quaisquer acontecimentos após o fecho de contas mercedores de referência.

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

16. O acompanhamento permanente da situação relacionada com a gestão do Fundo permite perspectivar o reembolso de capital no ano de 2016.

III = Conclusão

17. A melhoria financeira que se perspectiva permite-nos por um lado olhar para o investimento na requalificação do património imobiliário da Fundação e por outro melhorar os apoios às entidades que mais de perto têm colaborado com a Fundação. Levanta contudo a inquietação de como aplicar os recursos financeiros de forma a melhorar o seu rendimento.

18. As perspectivas para 2016 permitem-nos alargar um pouco mais o leque de relacionamento da Fundação com outras entidades.

19. Proposta de Aplicação de Resultados: propõe-se que os resultados líquidos apurados no exercício transitem para a conta de resultados transitados.

20. Voto de Louvor: propõe-se que sejam louvados os colaboradores mais próximos, D. Maria Lisete Amado e Dr. Fernando Manuel de Brito, pelo zelo e dedicação sempre evidenciados.

21. Votos de Agradecimento –propõe-se:

- aos Exmos Membros do Conselho Geral, pela colaboração e disponibilidade sempre demonstradas;
- ao Exmo Fiscal Único, pelo mérito do seu trabalho e espírito de colaboração patenteados e pelo entendimento das dificuldades financeiras existentes.

Aveiro, 30 de Junho de 2016

Conselho de Administração

Alberto José
Paulo
A. D. J. de ...

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

Anexo I

Prémios escolares “Engenheiro António Pascoal”

2014/2015

MAFALDA PEREIRA GONÇALVES Universidade de Aveiro / Bolsa de Estudo		
JORGE AUGUSTO ROCHA DUARTE Universidade Aveiro/Prémio/Mestra Eng.Mecânica	18,00 VALORES	
MIGUEL ÂNGELO OLIVEIRA PEREIRA Escola Secundária Dr. Mário Sacramento – Aveiro	17,00 VALORES	500,00 €
HENRIQUE RUI NEVES DE AGUIAR Escola Secundária de José Estêvão – AVEIRO	19,00 VALORES	500,00 €
ANA RITA CARVALHO LOPES DA SILVA Agrupamento Escolas de Aveiro (Homem Cristo)	17,40 VALORES	500,00 €
DIOGO MIGUEL GONÇALVES CLEMENTE Escola Secundária de Cantanhede - Cantanhede	17,00 VALORES	500,00 €
CRISTÓVÃO DE JESUS RODRIGUES MAIA Escola Secund. Bernardino Machado- FIG. FOZ	16,40 VALORES	500,00€
ANA SOFIA DE ALMEIDA MAIA Conservatório de Música de Aveiro – Aveiro	17,10 VALORES	500,00 €

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

*M. S. Ant
U
LPS
H
M*

Anexo II

Apoios concedidos em 2015

1. <u>Bombeiros Velhos</u> – quota anual	150.00
2. <u>Bombeiros Novos</u> – quota anual	150.00
3. <u>Centro Português de Fundações</u> quota anual	500.00
4. <u>Universidade de Aveiro</u> – protocolo (parcial)	2.500.00
5 <u>Projecto CMI – Museu do Mar</u>	30.000.00
6. <u>Santa Casa da Misericórdia de Aveiro</u>	1.500.00
7. <u>Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede</u>	1,500,00
8. <u>Santa Casa da Misericórdia da Fig. Foz</u>	1,500,00
9. <u>Caritas Diocesana</u>	1,500,00
10. <u>Florinhas do Vouga</u>	1,500,00
TOTAL:.....	40.800.00

Anexo III

- **Balanço**

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 de Dezembro de 2015

Unid.monetária: Euro

Rubricas	Notas	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	761.099,92	760.025,11
Propriedades de investimento	6	975.117,36	985.143,19
Outros activos financeiros	10.3	758.743,91	967.704,48
		<u>2.494.961,19</u>	<u>2.712.872,78</u>
Activo corrente			
Estado e outros entes públicos	13.2	1.329,97	
Outras contas a receber	10.1	6.311,65	14.548,76
Diferimentos	13.3	873,09	870,49
Outros activos financeiros	10.3	1.250,00	1.250,00
Caixa e depósitos bancários	4.2	1.401.195,09	1.286.339,16
		<u>1.410.959,80</u>	<u>1.303.008,41</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>3.905.920,99</u>	<u>4.015.881,19</u>

CAPITAL PATRIMONIAL E PASSIVO

FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos		4.267.208,30	4.267.208,30
Reservas			
Outras Reservas		60.000,00	60.000,00
Resultados Transitados		-372.284,72	-408.852,87
Resultado Líquido do período		-108.602,42	36.568,15
Total do Fundo de Capital	10.4	<u>3.846.321,16</u>	<u>3.954.923,58</u>

PASSIVO

Passivo não corrente

Provisões	8	47.134,50	47.134,50
		<u>47.134,50</u>	<u>47.134,50</u>


Passivo corrente


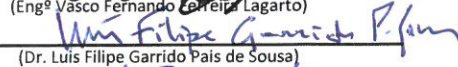
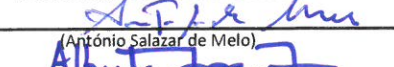


Fornecedores	10.2	4.009,69	4.273,26
Estado e outros entes públicos	13.2		2.592,10
Outras contas a pagar	10.2	5.679,64	5.681,75
Diferimentos	13.3	2.776,00	1.276,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00

Total do Passivo		<u>59.599,83</u>	<u>60.957,61</u>
-------------------------	--	------------------	------------------

TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>3.905.920,99</u>	<u>4.015.881,19</u>
---	--	----------------------------	----------------------------

Aveiro, 30 de Junho de 2016

O Contabilista Certificado,

 (Dr. Fernando Manuel Mano de Brito)

O Conselho de Administração

 (Eng.º Vasco Fernando Correia Lagarto)

 (Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa)

 (António Salazar de Melo)

 (Dr. Alberto Souto de Miranda)

 (Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)

Anexo IV

- **Demonstração dos resultados
por naturezas**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL
DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

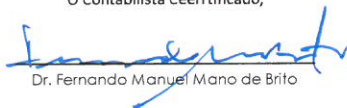
Período findo em 31 de Dezembro de 2015

Unid.Monetária: Euro

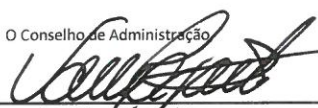
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Fornecimentos e serviços externos	13.4	-30.845,47	-38.651,53
Gastos com o pessoal	11	-13.905,89	-13.936,84
Provisões	8	0,00	-47.134,50
Aumentos/reduções de justo valor	10.3	-17.753,10	6.181,85
Outros rendimentos e ganhos	13.6	36.308,09	182.562,00
Outros gastos e perdas	13.5	-56.707,12	-24.483,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financ. e impostos		-82.903,49	64.537,11
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	5 e 6	-25.698,93	-25.447,69
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		-108.602,42	39.089,42
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-108.602,42	39.089,42
Imposto sobre o rendimento do período	13.2	0,00	-2.521,27
Resultado líquido do período		-108.602,42	36.568,15

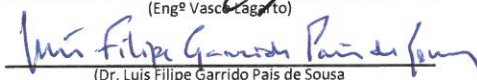
Aveiro, 30 de Junho de 2016


O Contabilista Ceerificado,



Dr. Fernando Manuel Mano de Brito

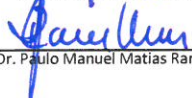
O Conselho de Administração


(Eng.º Vasco Cagarto)


(Dr. Luís Filipe Garrido Pais de Sousa)


(António Salazar de Melo)


(Dr. Alberto Souto de Miranda)


(Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)

Anexo V

- **Demonstração das alterações no capital próprio**

Fundação Engenheiro Antônio Pascoal
Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2014 e de 2015

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Notas	2014						2015	
		Capital realizado	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2014		4.267.208,30	60.000,00	(408.852,87)	0,00	36.568,15	3.918.355,43	0,00	3.918.355,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e reservações variáveis									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	0,00	36.568,15	36.568,15	0,00	36.568,15
RESULTADO EXTENSIVO	3					36.568,15	36.568,15	0,00	36.568,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3								
Realizações de capital									
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2014	5	4.267.208,30	60.000,00	(408.852,87)	0,00	36.568,15	3.954.923,58	0,00	3.954.923,58
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2015	6	4.267.208,30	60.000,00	(372.284,72)	0,00	0,00	3.954.923,58	0,00	3.954.923,58
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
Alterações de políticas contabilísticas									
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis									
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e reservações variáveis									
Ajustamentos por impostos diferidos									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	0,00	0,00	0,00	0,00	(108.602,42)	(108.602,42)	0,00	(108.602,42)
RESULTADO EXTENSIVO	8					(108.602,42)	(108.602,42)	0,00	(108.602,42)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8								
Fundos									
Subsídios, doações e legados									
Distribuições									
Outras operações									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2015	10	4.267.208,30	60.000,00	(372.284,72)	0,00	(108.602,42)	3.846.321,16	0,00	3.846.321,16

O Contabilista Certificado,

Dr. Fernando Magalhães Mariano de Brito

O Conselho de Administração,

Eng.º Vasco Fernandes
Dr. Luís Filipe Garrido Pais de Sousa

António Salazar
Dr. Alberto Sousa de Miranda

Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira

Anexo VI

- **Demonstração dos fluxos de caixa**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Periodo findo em 31 de Dezembro de 2015


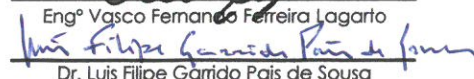
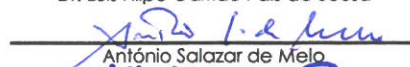
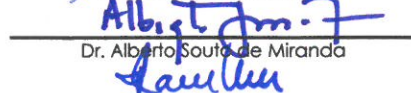
Unid.Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERIODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		-16.420,00	-16.420,00
Pagamento a fornecedores		-31.440,16	-34.975,63
Pagamentos ao pessoal		-11.488,72	-11.669,08
Caixa gerada pela operações		-59.348,88	-63.064,71
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-4.045,83	-14.991,22
Outros recebimentos/pagamentos		-31.779,56	8.778,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-95.174,27	-69.277,31
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis		-16.747,91	
Investimentos financeiros			
Outros activos		-9.006,74	-4.669,09
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros		191.207,47	291.808,33
Outros activos			223.532,86
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		44.577,38	204.151,68
Dividendos			
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		210.030,20	714.823,78
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		114.855,93	645.546,47
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		1.286.339,16	640.792,69
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		1.401.195,09	1.286.339,16

Aveiro, 30 de Junho de 2016

O Contabilista Certificado,

 Dr. Fernando Manuel Mano de Brito

O Conselho de Administração

 Eng.º Vasco Fernando Ferreira Lagarto

 Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa

 António Salazar de Melo

 Dr. Alberto Souto de Miranda

Anexo VII

- **Anexo**

ANEXO

Período de 2015

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'U', 'A', and 'M'.

1. Identificação da entidade:

A Fundação Engenheiro António Pascoal é uma associação de direito privado com o NIPC 504 326 538, com sede na Av.ª Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro.

Estatutariamente, a Fundação prossegue fins culturais, educativos e assistenciais, tendo obtido a declaração de Utilidade Pública, nos termos do Dec. Lei nº 460/77, de 7 de Novembro, com a redação dada pelo Dec. Lei nº 391/2007, de 13 de Novembro, pelo despacho nº 29192/2008 de sua Exa o Primeiro Ministro, datado de 5 de Novembro, cuja publicação ocorreu no DR da 2ª série de 13 de Novembro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas das entidades do sector não lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

2.2 – No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.1. Ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gasto à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Ativos fixos tangíveis	Nº anos
Edifícios	50
Equipam. Administrativo	3 a 10

M
2
U
A
tu

ANEXO

3.1.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios para obter rendimento, e não para uso ou para venda no decurso ordinário do negócio.

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis, deduzido de qualquer depreciação e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método de linha reta, de uma forma consistente de período para período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. As taxas de depreciação decorrem dos anos de vida útil estimados. As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estas estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos, e só cessam na data em que forem desreconhecidas ou classificadas como detidas para venda.

Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos), a par dos rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.1.3. Imparidade de ativos

A Fundação avalia à data do balanço se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto.

3.1.4. Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

ANEXO

iv) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados.

3.1.5. Provisões, passivos contingente e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Fundação como: i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecimento porque não é provável que o efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Fundação não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.6. Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

3.1.7. Rédito

O rédito de juros e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da fundação, é reconhecido pelo seu justo valor.

3.1.8. Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da fundação e não tem em conta a tributação diferida.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de 4 anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2011 a 2014 poderão vir a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

3.1.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídios de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os

4

ANEXO

serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre as condições que existam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Fundação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamento"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. No entanto, mantém-se elevado o grau de incerteza relativamente aos benefícios a obter das aplicações detidas no BPP, o que poderá provocar ajustamento material nas quantias escrituradas, sem contudo colocar em causa as atividades da Fundação.

4. Fluxos de caixa:

4.1. Caixa e seus equivalentes:

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários imediatamente realizáveis.

4.2. Desagregação dos valores incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes":

Rubrica	2015	2014
Caixa	4,67	161,17
Depósitos à ordem	309.981,59	202.685,27
Depósitos a prazo	1.091.208,83	1.083.492,72
Total	1.401.195,09	1.286.339,16

5. Ativos fixos tangíveis:

5.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Bases de mensuração:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item de ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumulada.

ANEXO

b) Método de depreciação usado:

A Fundação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta, por duodécimos. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

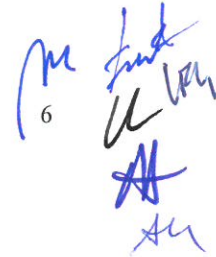
c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias, salvo quanto às aquisições cujo valor não ultrapasse € 1.000,00, que são depreciadas a 100 %:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa Amortização
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento administrativo	3-8	12,5% a 33,33%

d) Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 o movimento ocorrido no montante dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

	2015					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. transporte	Equipam. administ.	Outros ativos	Total
Ativos						
Saldo Inicial	249.398,95	748.196,84		10.113,85	580,00	1.008.289,64
Aquisições				765,04	35,00	800,04
Alienações						0,00
Abates						0,00
Total	249.398,95	748.196,84		10.878,89	615,00	1.009.089,68
Investimentos em Curso						15.947,87
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	239.423,01		8.737,99	103,53	248.264,53
Depreciações do exercício		14.963,94		608,84	100,32	15.673,10
Anulações						
Total	0,00	254.386,95		9.346,83	203,85	263.937,63
Ativos Líquidos	249.398,95	493.809,89		1.532,06	411,15	761.099,92

6


ANEXO

	2014					
	Terrenos	Edifícios	Equipam. transporte	Equipam. administ.	Outros activos	Total
Ativos						
Saldo Inicial	249.398,95	748.196,84		10.113,85	580,00	1.008.289,64
Aquisições						0,00
Alienações						0,00
Abates						0,00
Total	249.398,95	748.196,84		10.113,85	580,00	1.008.289,64
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	224.459,07		8.362,89	20,71	232.842,67
Depreciações do exercício		14.963,94		375,10	82,82	15.421,86
Anulações						
Total	0,00	239.423,01		8.737,99	103,53	248.264,53
Ativos líquidos	249.398,95	508.773,83		1.375,86	476,47	760.025,11

6. Propriedades de investimento:

a) Modelo aplicado

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescidos de dispêndios diretamente atribuíveis deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Quantias reconhecidas nos resultados

	2015	2014
Rendimentos de rendas	20.808,24	25.017,16
Gastos em propriedades de investimento	9.006,74	4.669,09

c) Método de depreciação usado:

A Fundação deprecia as propriedades de investimento de acordo com o método da linha recta, por duodécimos.

d) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil	Taxa Amortização
Edifícios e outras construções	50	2%

7

ANEXO

e) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Propriedades de investimento	Quantia escriturada bruta		Depreciação acumulada	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Terreno Quinta de s. João – Cantanhede	38.424,72	38.424,72		
Terreno Lote 12 – Mira	149.639,37	149.639,37		
Terreno Lote 3 – Cantanhede	263.603,28	263.603,28		
Terreno Lote 10 – Cantanhede	25.500,00	25.500,00		
Prédio Rua Cândido dos Reis	249.398,95	249.398,95	63.596,71	59.855,73
Prédio Rua de S. Martinho	69.831,71	69.831,71	17.807,12	16.759,64
Prédio Av. Fernão Magalhães – Bloco 8	99.759,58	99.759,58	25.438,67	23.942,28
Prédio Av. Fernão Magalhães – Bloco 4	69.831,71	69.831,71	17.807,12	16.759,64
Prédio Edifício Esplanada	89.783,62	89.783,62	22.894,79	21.548,04
Prédio Edifício Portugal	89.783,62	89.783,62	22.894,79	21.548,04
Total	1.145.556,56	1.145.556,56	170.439,20	160.413,37

e) Reconciliação da quantia escriturada das propriedades de investimento no início e no fim do período:

Descrição	2015			2014		
	Terrenos	Edifícios	Total	Terrenos	Edifícios	Total
Ativos						
Saldo Inicial	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56
Aquisições			0,00			0,00
Alienações			0,00			0,00
Abates			0,00			0,00
Total (1)	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56	477.167,37	668.389,19	1.145.556,56
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	0,00	160.413,37	160.413,37	0,00	150.387,54	150.387,54
Depreciações do exercício		10.025,83	10.025,83		10.025,83	10.025,83
Anulações						
Total (2)	0,00	170.439,20	170.438,20	0,00	160.413,37	160.413,37
Activos líquidos (1)-(2)= (3)	477.167,37	497.949,99	975.117,36	477.167,37	507.975,82	985.143,19

7. Réditos

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Fundação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- i) Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
- ii) Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista a receber o pagamento.

ANEXO

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	2015	2014
Juros	14.932,85	16.443,90
Dividendos		
Total	14.932,85	16.443,90

8. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

A Fundação reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Provisões	31/12/2014	Constituição	Utilização	Reversão	31/12/2015
Processo judicial em curso	47.134,50				47.134,50

O subarrendatário do prédio sito na Rua Cândido dos Reis moveu, em 2014, uma ação judicial contra a Fundação por danos provocados nos bens do mesmo, ocasionados por infiltração de águas pluviais com origem no telhado. Considerando que as obras necessárias não efetuadas são da exclusiva responsabilidade do proprietário, há um elevado risco de uma condenação judicial, estando em discussão o valor pedido. O valor da indemnização pedida é de € 62.845,70 e, como medida cautelar, foi constituída uma provisão no valor de € 47.134,50.

Não houve movimentos na provisão existente dado que o processo judicial a que a mesma respeita não teve qualquer evolução.

9. Imposto sobre o rendimento

De acordo com o n.1, alínea b) do artigo 3.º do código do IRC a Fundação é tributada pelo rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, das pessoas coletivas ou entidades que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;

10. Instrumentos financeiros

Base de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

10.1. Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes e as dívidas de outros devedores ao custo são mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. As dívidas de clientes ou de outros devedores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

9
 M. S. ...
 U. ...
 *
 Au

ANEXO

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e utentes	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	6.279,47	14.548,76
Devedores diversos	32,18	0,00
Total	6.311,65	14.548,76

10.2. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e a outros credores são mensuradas pelo método do custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores	(4.009,69)	(4.273,26)
Total de fornecedores	(4.009,69)	(4.273,26)
Credores por acréscimos de gastos	(4.572,64)	(4.574,75)
Credores diversos	(1.107,00)	(1.107,00)
Total de outras contas a pagar	(5.679,64)	(5.681,75)

10.3. Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados.

a) Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Outros instrumentos financeiros	31/12/2015	31/12/2014
<u>Ativos não correntes</u>		
Fundo de Gestão passiva (BIC)	738.791,99	947.752,56
Outros	19.951,92	19.951,92
Total	758.743,91	967.704,48
<u>Ativos Correntes</u>		
Partes de capital – Ações	1.250,00	1.250,00
Aplicações BPP (1)	0,00	0,00
Total	1.250,00	1.250,00

O Fundo denominado "Fundo de Gestão Passiva - Fundo Especial de Investimento Fechado" foi constituído através da aquisição de Unidades de participação (UP's) mediante a adesão à aplicação à proposta de reestruturação do produto de Retorno Absoluto Investimento Indireto com Garantia. O fundo vem sendo amortizado, tendo sido, recebidas duas tranches durante o período de 2015, uma de 37.478,77€, em 08/07, e outra de 153.728,70€, em 07/10. Para além da redução provocada pela amortização, em 31/12/15, a cotação de mercado das UP's situava-se em 0,56 €, obrigando a um ajustamento por redução do justo valor no montante de 17.753,10€ (ver b).

ANEXO

b) Ganhos e perdas líquidas reconhecidas de activos financeiros mensurados ao justo valor

Ativos financeiros mensurados ao justo valor	Aumentos justo valor		Reduções de justo valor		Valor liquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Partes de capital - Acções				(261,83)		(261,83)
Aplicações BPP:						
Fundo de Gestão passiva		6.443,68	(17.753,10)	0,00	(17.753,10)	6.443,68
Total	0.00	6.443,68	(17.753,10)	(261,83)	(17.753,10)	6.185,85

c) Rendimentos em outros ativos financeiros

	2015	2014
Fundos PFUCIM	0.00	113.356,80
BPP	0.00	26.467,14
Total	0.00	139.823,94

Como se constata pela análise do quadro, em 2015 não foram creditados rendimentos do Fundo de gestão passiva (FEIMF).

10.4. Fundos Patrimoniais

	Saldo inicial	Variação	Saldo Final
Fundos	4.267.208,30	0,00	4.267.208,30
Outras reservas	60.000,00	0,00	60.000,00
Resultados transitados	(408.852,87)	36.568,15	(372.284,72)
Resultado líquido do período	36.568,15	(145.170,57)	(108.602,42)
Total	3.954.923,58	(108.602,42)	3.846.321,16

11. Benefícios dos empregados:

Os gastos com pessoal foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal	2015	2014
Remuneração do pessoal	11.488,72	11.669,08
Encargos s/ remunerações	2.088,65	2.088,65
Seguro acidentes de trabalho	185,10	179,11
Outros gastos com pessoal	143,42	
Total	13.905,89	13.936,84

O número médio de pessoas ao serviço é 1.

M
11
U
A
A

ANEXO

12. Divulgações ao abrigo de outras disposições legais:

12.1. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

À data de balanço, a Fundação não dispunha de qualquer dívida ao Estado ou à Segurança Social em situação de mora ou incumprimento.

13. Outras informações:

13.1. Acontecimentos após a data do balanço:

13.1.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho Administração na data que se encontra mencionada no Relatório de gestão.

13.1.2. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

13.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição, não se encontrando qualquer valor em mora:

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Ativos		
Retenções na fonte (capitais)		
Total		
Passivos		
Retenções na fonte (capitais)	2.189,28	664,72
IRC estimado	0,00	(2.521,27)
Retenção de imposto s/ rendimento	(413,73)	(289,99)
Contribuição para a Segurança Social	(445,58)	(445,56)
Total	1.329,97	(2.592,10)

13.3. Diferimentos

Rubricas	31/12/2015		31/12/2014	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Gastos a reconhecer	873,09		870,49	
Rendimentos a reconhecer		(2.776,00)		(1.276,00)
Total	873,09	(2.776,00)	870,49	(1.276,00)

12

ANEXO

13.4. Fornecimentos e serviços externos

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhos especializados	652,95	137,58
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	13.835,04	16.215,84
Conservação e reparação	2.214,00	8.504,67
Serviços bancários	263,73	1.222,92
Outros serviços	17,00	1.469,85
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	388,93	138,99
Outros materiais	449,30	694,74
Eletricidade	545,95	647,70
Combustível	0,00	0,00
Água	1.144,00	1.058,14
Deslocações e estadas	1.297,93	800,00
Comunicações	1.514,79	1.068,17
Seguros	1.081,50	1.114,98
Contencioso e notariado	60,00	11,00
Despesas de representação	50,00	122,00
Limpeza, higiene e conforto	2.927,40	2.927,40
Outros serviços (manutenção jardim)	1.918,80	2.016,90
Outros não especificados	2.484,15	500,65
Total	30.845,47	38.651,53

13.5. Outros gastos e perdas

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Impostos (diretos e indiretos)	3.100,33	2.994,11
Abates	0,00	0,00
Gastos em propriedades de investimento	9.006,74	4.669,09
Correções relativas a exercícios anteriores	0,05	0,00
Donativos	43.000,00	15.450,00
Quotizações	800,00	500,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	10,67
Dª Laura Pascoal	600,00	600,00
Missas	200,00	260,00
Outros gastos diversos		
Total	56.707,12	24.483,87

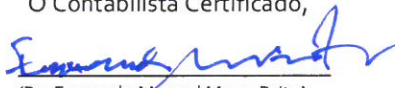
ANEXO

13.6. Outros rendimentos e ganhos

Rubricas	31/12/2015	31/12/2014
Rendimentos e ganhos em investim. não financeiros	21.375,234	26.294,16
Ganhos em instrumentos financeiros	0,00	139.823,94
Juros Obtidos	14.932,85	16.443,90
Outros rendimentos e ganhos	0,00	0,00
Total	36.308,09	182.562,00

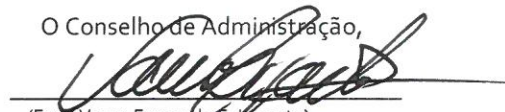
Aveiro, 30 de Junho de 2016

O Contabilista Certificado,



(Dr. Fernando Manuel Mano Brito)

O Conselho de Administração,



(Engº Vasco Fernando F. Zagarto)



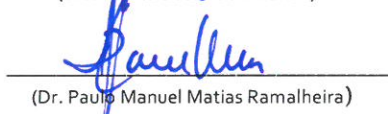
(Dr. Luis Filipe Garrido Pais de Sousa)



(António Salazar de Melo)



(Dr. Alberto Souto de Miranda)



(Dr. Paulo Manuel Matias Ramalheira)

Anexo VIII

- **Balancetes de Razão antes e após apuramento de resultados**

Fundação Engenheiro António Pascoal**Rectificação 2015****BALANCETE DO RAZÃO**

Conta	Designação	Movimentos do Mês		Movimentos		Saldos Totais
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	0,00	0,00	3 161,17	3 156,50	4,67
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	883 304,44	573 322,85	309 981,59
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	1 541 208,83	450 000,00	1 091 208,83
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	1 250,00	0,00	1 250,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	11 480,72	15 490,41	-4 009,69
23	PESSOAL	0,00	0,00	8 802,58	8 802,58	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	18 388,03	17 058,06	1 329,97
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	4 559,68	45 820,14	45 188,13	632,01
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	3 005,28	4 908,19	-1 902,91
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	47 134,50	-47 134,50
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	17 753,10	967 704,48	208 960,57	758 743,91
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	10 025,83	1 145 556,56	170 439,20	975 117,36
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	15 673,10	1 009 089,68	263 937,63	745 152,05
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	0,00	0,00	15 947,87	0,00	15 947,87
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	4 267 208,30	-4 267 208,30
55	RESERVAS	0,00	0,00	0,00	60 000,00	-60 000,00
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	408 852,87	36 568,15	372 284,72
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	30 977,20	131,73	30 845,47
63	GASTOS COM PESSOAL	1 636,37	0,00	13 905,89	0,00	13 905,89
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	25 698,93	0,00	25 698,93	0,00	25 698,93
65	PERDAS POR IMPARIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	PERDAS POR REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	17 753,10	0,00	17 753,10	0,00	17 753,10
67	PROVISÕES DO PERIODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	2 923,31	0,00	56 707,12	0,00	56 707,12
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	0,00	0,00	21 375,24	-21 375,24
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS	0,00	0,00	0,00	14 932,85	-14 932,85
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	0,00	0,00	36 568,15	36 568,15	0,00
Total		48 011,71	48 011,71	6 245 183,04	6 245 183,04	0,00

Fundação Engenheiro António Pascoal**Resultados 2015****BALANCETE DO RAZÃO**

Conta	Designação	Movimentos do Mês		Movimentos		Saldos Totais
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	
11	CAIXA	0,00	0,00	3 161,17	3 156,50	4,67
12	DEPÓSITOS À ORDEM	0,00	0,00	883 304,44	573 322,85	309 981,59
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	0,00	1 541 208,83	450 000,00	1 091 208,83
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	1 250,00	0,00	1 250,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	11 480,72	15 490,41	-4 009,69
23	PESSOAL	0,00	0,00	8 802,58	8 802,58	0,00
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	18 388,03	17 058,06	1 329,97
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	45 820,14	45 188,13	632,01
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	3 005,28	4 908,19	-1 902,91
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	47 134,50	-47 134,50
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0,00	0,00	967 704,48	208 960,57	758 743,91
42	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	1 145 556,56	170 439,20	975 117,36
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	0,00	1 009 089,68	263 937,63	745 152,05
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	0,00	0,00	15 947,87	0,00	15 947,87
51	FUNDOS	0,00	0,00	0,00	4 267 208,30	-4 267 208,30
55	RESERVAS	0,00	0,00	0,00	60 000,00	-60 000,00
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	408 852,87	36 568,15	372 284,72
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	FORNECIM. E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	0,00	30 977,20	30 977,20	0,00
63	GASTOS COM PESSOAL	0,00	0,00	13 905,89	13 905,89	0,00
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	0,00	0,00	25 698,93	25 698,93	0,00
65	PERDAS POR IMPARIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
66	PERDAS POR REDUÇÃO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	17 753,10	17 753,10	0,00
67	PROVISÕES DO PERIODO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	56 707,12	56 707,12	0,00
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	REVERSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	GANHOS POR AUMENTO DE JUSTO VALOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	0,00	0,00	21 375,24	21 375,24	0,00
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS	0,00	0,00	14 932,85	14 932,85	0,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	108 602,42	108 602,42	290 081,08	181 478,66	108 602,42
Total		108 602,42	108 602,42	6 535 004,06	6 535 004,06	0,00

Anexo IX

- **Relatório de Auditoria**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M', 'A', 'J', 'U', 'L', 'M', 'M'.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 3.905.921 euros e um total de capital próprio de 3.846.321 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 108.602 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

MA
feit
K
lpm
ms

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Fundação Engenheiro António Pascoal, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 8 de julho de 2016

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.

Jorge Marques Pereira S.
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. (nº 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

Anexo X

- **Relatório e parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Membros do Conselho Geral da
FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

Em conformidade com a lei e com os estatutos, apresentamos o relatório sobre a ação fiscalizadora e o parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Relatório

(1) No cumprimento do mandato que nos foi conferido e no âmbito das competências e deveres que legalmente nos estão atribuídos, procedemos:

- à fiscalização da administração da Fundação;
- à vigilância da observância da lei e do cumprimento dos estatutos;
- à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos documentação de suporte;
- à verificação da exatidão do balanço, das demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa, e do anexo;
- à verificação da conformidade dos princípios contabilísticos adotados e critérios valorimétricos utilizados;
- à apreciação do relatório de gestão do exercício elaborado pelo Conselho de Administração e das propostas nele contidas;
- à emissão, na qualidade de revisor oficial de contas, do Relatório de auditoria.

(2) Para o desempenho das nossas funções usámos os poderes que nos são conferidos na lei e nos estatutos, tendo:

- através do trabalho desenvolvido como revisor oficial de contas, realizado as verificações de natureza contabilística consideradas adequadas e as verificações físicas tidas por convenientes;
- obtido do Conselho de Administração e dos serviços, cuja colaboração nos cumpre agradecer, as informações e esclarecimentos que solicitámos sobre os negócios, a atividade e a situação da Fundação.

(3) Em consequência da ação fiscalizadora desenvolvida e do exame das contas que conduziu à certificação legal das contas que apresentámos, concluímos que:

- os atos da administração do nosso conhecimento se enquadram no objeto da Fundação e respeitam o cumprimento da lei e dos estatutos;

M
A
S
U
L
A

- a contabilidade, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa, e o anexo satisfazem as disposições legais e estatutárias;
- o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras, clarifica a atividade desenvolvida e a situação da Fundação e observa os demais preceitos legais aplicáveis.

Parecer

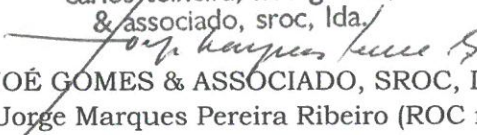
(4) Nesta conformidade, somos de parecer que:

- sejam aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015 apresentados pelo Conselho de Administração;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão.

Porto, 8 de julho de 2016

O Fiscal Único

carlos teixeira, noé gomes,
& associado, sroc, lda.


CARLOS TEIXEIRA, NOÉ GOMES & ASSOCIADO, SROC, LDA. (n.º 28)
Representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro (ROC n.º 1009)

Anexo XI

- **Plano de actividades e orçamento para 2016**

FUNDAÇÃO ENGENHEIRO ANTÓNIO PASCOAL

- Assistência - Educação - Cultura -
- Aveiro -

Plano de actividades para 2016

A Fundação continuará a investir na sua abertura à comunidade envolvente, tirando partido das ligações que têm vindo a ser criadas com outras entidades (formais ou informais), oferecendo as suas infraestruturas para a realização de encontros e eventos.

2016 será o ano em que a requalificação da sede da Fundação terá prioridade pois assim se julga que melhor se poderá servir a comunidade, não deixando contudo de manter o relacionamento habitual com os seus parceiros nas áreas da educação, cultura e acção social.

Orçamento para 2016	
Receitas	
Rendas de prédios	22.000,00 €
Fundo de Gestão Passiva	80.000,00 €
Rendimento de aplicações	87.500,00 €
TOTAL	189.500,00 €
Despesas	
Fornecimento de serviços de terceiros	37.500,00 €
Ordenados e encargos	14.000,00 €
Impostos (IMI)	3.000,00 €
Obras de manutenção	15.000,00 €
Obras de remodelação da Sede	100.000,00 €
Apoios (educação, cultura, assistência)	15.000,00 €
Diversos	5.000,00 €
TOTAL	189.500,00 €

Aveiro, 30 de Junho de 2016

Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Administration members in blue ink.